

Estados vão sugerir 5% de impostos para rede básica de saúde

Do correspondente e da sucursal

Os secretários de Saúde dos Estados, reunidos em Manaus, proporão ao governo federal, em documento que entregarão hoje ao ministro Waldir Arcoverde, da Saúde, que 5% da arrecadação do IPI e do Imposto de Renda sejam destinados aos Estados e municípios, para a ampliação e, principalmente, manutenção da rede básica de saúde, numa contribuição, segundo eles, para garantir os recursos financeiros indispensáveis à prestação de uma assistência médica mais abrangente e eficiente à população brasileira. O encontro dos secretários de Saúde dos Estados, aberto ontem no Tropical Hotel pelo governador José Lindoso, e que, pelo menos na abertura, foi vedado à imprensa, será encerrado hoje à tarde com uma palestra do ministro Waldir Arcoverde, a quem será entregue a "Carta da Amazônia", onde os secretários fixarão várias reivindicações sobre as dificuldades que enfrenta a assistência médica no País. Segundo fontes presentes ao encontro, os secretários, no primeiro dia de debates, "lavaram roupa suja", quando passaram em revista a absoluta falta de recursos financeiros que impede que os Estados ofereçam melhores serviços de saúde à população.

A proposta dos 5% foi apresentada pelo secretário Adib Domingos Jatene, de São Paulo, com o apoio dos secretários do Paraná, Rio de Janeiro, Pará, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Jatene defende o princípio segundo o qual "a idéia, a proposta, não se destina a baratear a assistência médica à população, mas visa primordialmente que se incorpore à rede básica de saúde — que deve ser responsabilidade governamental — uma grande parcela da população brasileira".

RECURSOS

Em discurso proferido ontem, no Rio, ao tomar posse na presidência da Sociedade de Medicina e Cirurgia do

Rio de Janeiro, o médico Eduardo Augusto Bordallo criticou os "parcos recursos concedidos pelo governo para a saúde", e lembrou que enquanto o Brasil gasta em assistência sanitária em torno de 4% do seu Produto Interno Bruto, os Estados Unidos gastam cerca de 11%.

O novo presidente, que foi secretário-geral da entidade, disse, ainda, que sua maior apreensão está no fato de que "40 milhões de brasileiros não recebem ainda atendimento dos serviços de saúde, e também me preocupa muito a expressiva taxa de mortalidade infantil, que atinge a mais de 100 em cada mil nascituros." Outro ponto destacado por ele é o de que mais de 1.500 municípios não dispõem de um médico sequer.

Formado há dez anos pela Escola de Medicina e Cirurgia do Rio e médico do Inamps, Augusto Bordallo — que irá substituir na presidência da SMCRJ o professor Mário Barreto Correa Lima, eleito recentemente para a presidência da Associação Médica Brasileira (AMB) — denunciou, ainda, o aumento da incidência de tuberculose, lepra e doenças sexualmente transmissíveis em todo o País.

Após afirmar que é reduzido o número de hospitais e ambulatórios estatais, prometeu defender a idéia de que durante sua administração vai lutar "pela criação de uma rede oficial de serviços básicos de saúde, como parte única de entrada do sistema médico previdenciário". Para ele, a crise na Previdência Social, se não for resolvida a curto prazo, afetará fatalmente a assistência médica, tornando mais difícil a situação da população e do próprio médico.

Augusto Bordallo fez questão de destacar, também, "que o Prev-Saúde, tão alardeado pelas autoridades, no ano que passou, como a salvação para os problemas de Saúde do País, não deu em nada". "O ministro da Saúde, lembrou, aqui mesmo na Sociedade, em junho do ano passado, garantiu que o plano entraria em vigor no início deste ano. O ano já está chegando ao fim e não se houve falar mais dele."